

**REQUERIMENTO Nº           , DE 2019**

(Do Sr. DR. ZACHARIAS CALIL e OUTROS)

Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, relativa à inclusão do tema desenvolvimento integral da primeira infância nas Diretrizes Nacionais Curriculares dos cursos de graduação da área de saúde.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 113, inciso I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a V. Ex<sup>a</sup>. seja encaminhada ao Poder Executivo a Indicação anexa, sugerindo a inclusão do tema desenvolvimento integral da primeira infância nas Diretrizes Nacionais Curriculares dos cursos de graduação da área de saúde.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 2019.

Deputado **DR. ZACHARIAS CALIL**

Deputada **LEANDRE**

Presidente da Frente Parlamentar  
Mista da Primeira Infância

Deputado **JOSÉ MEDEIROS**

Vice-Presidente da Frente  
Parlamentar Mista da Primeira  
Infância

Deputada **PAULA BELMONTE**

2ª Vice-Presidente da Frente  
Parlamentar Mista da Primeira  
Infância

Deputada **PROFESSORA DORINHA  
SEABRA REZENDE**

1ª Secretária da Frente Parlamentar  
Mista da Primeira Infância

Deputada **CARMEN ZANOTTO**  
2ª Secretária da Frente Parlamentar  
Mista da Primeira

**INDICAÇÃO Nº     , DE 2019**

(Do Sr. DR. ZACHARIAS CALIL e OUTROS)

Sugere a inclusão do tema desenvolvimento integral da primeira infância nas Diretrizes Nacionais Curriculares dos cursos de graduação da área de saúde.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação

O período que abrange os primeiros seis anos de vida da criança vem sendo designado como a primeira infância. Descobertas científicas nas últimas décadas têm apontado essa etapa inicial da vida como um período crucial para o desenvolvimento humano, contribuindo com evidências para reformulação de fundamentos teóricos e práticos sobre cuidados e estímulos adequados à criança pequena e para a adoção de políticas públicas voltadas para a primeira infância.

O crescimento físico, o amadurecimento do cérebro, a aquisição dos movimentos e da linguagem, a capacidade de aprendizado e de interação social, bem como o estabelecimento dos primeiros vínculos afetivos, são aspectos do desenvolvimento da criança que ocorrem de forma exponencial nessa fase da vida. Estudos nacionais e internacionais demonstram que a evolução dessas conquistas e o contexto interativo em que estão inseridas as crianças têm fortíssimo impacto sobre seu desenvolvimento integral e sobre as capacidades futuras, com consequências que se desdobram não somente no campo individual como também para o restante da sociedade.

A falta de cuidados adequados, ou mesmo de atenção para alguns aspectos do desenvolvimento físico, cognitivo e psicossocial na primeira infância, contribui para o aumento de doenças crônicas, atrasa o desenvolvimento das capacidades e assegura as bases para que as desigualdades sejam perpetuadas em nosso País.

Com base nessas evidências, vários países têm buscado impulsionar investimentos na primeira infância de sorte a promover as bases de maior produtividade econômica, a erigir uma sociedade mais pacífica e a erradicar a extrema pobreza.

No Brasil, nas últimas décadas, foram feitos grandes progressos no atendimento à criança pequena. No campo legal, entre os avanços mais recentes, citamos a aprovação do Marco Legal da Primeira Infância, Lei nº 13.257, de 2016, um importante avanço jurídico para induzir políticas públicas intersetoriais que garantam o desenvolvimento integral na primeira infância.

No campo da gestão governamental, temos outros movimentos auspiciosos que podem ser elencados, como por exemplo, o Programa Criança Feliz, instituído por meio do Decreto nº 8.869, de 2016, e, posteriormente, pelo Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018. Alinhado ao Marco Legal, essa iniciativa do Poder Executivo caracteriza-se como uma ferramenta de apoio e fortalecimento das competências das famílias como primeira e mais importante instituição de cuidado e educação da criança entre zero e seis anos.

A despeito desses avanços, urge reduzir ainda mais a distância entre o preconizado pela ciência e o realizado no cotidiano. Outros campos de atuação são passíveis de serem aproveitados em benefício da primeira infância, em especial pelos profissionais que de alguma forma têm a oportunidade de estar em contato com as famílias de crianças pequenas.

Considerando tudo o que já é conhecido - o impacto das condições de gestação sobre a saúde do bebê, o acelerado desenvolvimento cerebral, o conjunto significativo de habilidades e competências básicas que se organiza nos primeiros anos de vida -, a demanda por uma concepção holística da criança, abrangendo os aspectos físico, psicológico, intelectual e social, é fundamental aproximar a formação dos profissionais da área de saúde dessa nova realidade.

Para não nos estendermos demasiado, mencionamos, a título de exemplo, o exercício profissional do médico pediatra. Cada consulta médica da criança pequena é uma janela única de oportunidade para mapear seu desenvolvimento face à especificidade e à relevância dos primeiros anos e para observar interações familiares.

Sendo assim, Sr. Ministro, vimos sugerir a inserção desse tema como parte das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação da área de saúde, cuja atribuição corresponde ao Conselho Nacional de Educação (CNE). A intenção é que os futuros graduandos da área desenvolvam competências e habilidades para aplicar no seu exercício profissional as evidências científicas que hoje existem sobre esse grupo, fortalecendo uma ação coletiva em prol do desenvolvimento integral de milhões de crianças em nosso País.

Em relação à formação médica, exemplificada anteriormente, o Conselho Nacional de Educação, por meio da sua Câmara de Educação Superior, promoveu, em 2014, uma atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Curso de Graduação em Medicina, que foi aprovada com a Resolução nº 3, de 20 de junho de 2014. As novas DCNs de Medicina, diz esse Ministério da Educação (MEC), “têm o propósito de promover uma formação médica mais geral, humanista e crítica com capacidade para atuar nos diferentes níveis de atenção à saúde com responsabilidade social e compromisso com a defesa da cidadania, dignidade humana e saúde integral da população”. Sendo assim, consideramos que a demanda aqui exposta está coerente e adequada com esse propósito.

Sr. Ministro, face à relevância do tema e da urgência da infância, que transcorre inexoravelmente sem a possibilidade de adiamento de suas necessidades, entendemos que a sensibilização dos futuros profissionais da área de saúde para essa agenda é mais que oportuna, razão pela qual apresentamos a presente Indicação a V.Exa.

Estamos seguros de que V.Exa. empreenderá os maiores esforços para mobilizar o Conselho Nacional de Educação no sentido de incorporar a demanda aqui posta.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 2019.

Deputado **DR. ZACHARIAS CALIL**

Deputada **LEANDRE**

Presidente da Frente Parlamentar  
Mista da Primeira Infância

Deputado **JOSÉ MEDEIROS**

Deputada **PAULA BELMONTE**

Vice-Presidente da Frente  
Parlamentar Mista da Primeira  
Infância

2ª Vice-Presidente da Frente  
Parlamentar Mista da Primeira  
Infância

Deputada **PROFESSORA DORINHA  
SEABRA REZENDE**

Deputada **CARMEN ZANOTTO**

1ª Secretária da Frente Parlamentar  
Mista da Primeira Infância

2ª Secretária da Frente Parlamentar  
Mista da Primeira